

PROCEDIMENTO N.º 22.2025_DAT

AJUSTE DIRETO

CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE HOTELARIA SAAS

**GIATUL – Actividades Lúdicas,
Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A.**

O Conselho de Administração

A GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., promove o procedimento da formação de contrato de aquisição de serviços de **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE HOTELARIA SAAS – 22.2025_DAT** por **Ajuste Direto**, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, convidando V. Exas. a apresentar proposta no referido procedimento, nos termos e condições infra estipuladas, com vista à celebração do contrato cujas prescrições se encontram consignadas no caderno de encargos.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE HOTELARIA SAAS – 22.2025_DAT

2. OBJETO DO FORNECIMENTO OU DA PRESTAÇÃO

2.1 O prestador de serviços deverá obedecer às condições discriminadas na Parte II do Caderno de Encargos e de acordo com o seguinte código do CPV: **72212445-0**
Serviços de desenvolvimento de software para gestão da relação com os clientes

3. ENTIDADE ADJUDICANTE

3.1 A entidade adjudicante é a GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., sita no N.E.M. Av. Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 MAFRA, com o número de telefone 261816470 e com o endereço eletrónico: contratacao@giatul.pt.

4. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

4.1 A decisão de contratar foi tomada pela deliberação do Conselho de Administração da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., de **31.03.2025**, como consta da respetiva ata.

5. FUNDAMENTO DE ESCOLHA DO PROCEDIMENTO

5.1 **Ajuste direto**, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do código dos Contratos Públicos.

6. PREÇO BASE

6.1 Pela aquisição de serviços e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, a entidade adjudicante pagará ao cocontratante o preço

constante da proposta adjudicada, o qual não pode exceder o preço base correspondente, na aquisição de serviços em apreço, de **18.972,00 € (dezoito mil, novecentos e setenta e dois euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

7. PRAZO CONTRATUAL

7.1 O prazo máximo do fornecimento dos bens pretendidos é **730 (setecentos e trinta) dias**, com efeitos a partir da data de contrato.

8. CONSULTA E FORNECIMENTO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

8.1 O presente procedimento será integralmente tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do sítio na *internet* www.acingov.pt

8.2 As peças do Concurso, incluindo os respetivos anexos, encontram-se gratuitamente disponíveis na Plataforma Eletrónica e o acesso às mesmas é efetuado de forma gratuita.

8.3 O acesso e utilização da Plataforma Eletrónica pelos concorrentes é, em especial, regulado pelo regime jurídico das plataformas eletrónicas de contratação pública aprovado pela Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, e pela demais legislação e regulamentação que se encontre em vigor.

8.4 Em caso de dúvida sobre a credenciação e utilização da Plataforma Eletrónica (v.g. registo na plataforma e sua utilização, utilização de assinatura digital qualificada, utilização de selos temporais), devem os interessados ou concorrentes contactar, oportuna e antecipadamente, o suporte técnico da mesma.

8.5 O processo de concurso público, encontra-se patente para consulta nos escritórios da GIATUL – Actividades Lúdicas, Infraestruturas e Rodovias, E.M., S.A., N.E.M. Av. Dr. Francisco Sá Carneiro 2640-486 MAFRA, onde poderá ser consultado e/ou solicitado durante as horas normais de expediente (2.ª a 6.ª, das 9.00 às 17.00 horas) desde a data da publicitação até ao dia e hora da realização da abertura das propostas.

9. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

9.1 Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do presente convite, cadernos de encargos e respetivos anexos deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através da plataforma de contratação pública eletrónica

www.acingov.pt, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9.2 O órgão competente para prestar esclarecimentos são os serviços da entidade pública, a quem deverão ser apresentados os respetivos pedidos, por escrito, com identificação do concurso a que respeitam, através de através da plataforma de contratação pública eletrónica www.acingov.pt.

9.3 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, também por escrito e pelo mesmo meio previsto no número anterior:

- a) Os serviços da entidade pública presta os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

9.4 Quando os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido no número anterior, o prazo para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

9.5 Independentemente do disposto nos números anteriores, órgão competente para a decisão de contratar e os serviços da entidade pública podem, respetiva e oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

9.6 Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores são disponibilizados na Plataforma Eletrónica e juntos às peças do Concurso patentes para consulta, sendo todos os interessados que tenham acedido ou consultado as mesmas imediatamente notificados desse facto.

10. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

10.1 A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação** do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **anexo I** ao presente Convite, nos termos do artigo 57.º, n.º 1, alínea a), do Código dos Contratos Públicos;
- b) Proposta de preço**, elaborada em conformidade com o modelo constante no **anexo A** ao presente convite;
- c)** Memória descritiva de como propõem realizar o serviço;
- d) Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação

dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

10.2 Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite e do Caderno de Encargos.

10.3 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa.

11. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1 A proposta e os documentos que acompanham devem ser apresentados na plataforma de contratação pública eletrónica www.acingov.pt exclusivamente de forma eletrónica, cumprindo o disposto no Código dos Contratos Públicos e nos seguintes pontos.

11.2 Os interessados devem ter em atenção o tempo necessário à submissão e assinatura eletrónica das propostas e documentos que as acompanham em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só serão admitidas as propostas cujo recibo eletrónico comprovativo comprove a submissão anterior à hora fixada.

11.3 A proposta e os documentos que a constituem deverão ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

11.4 Todos os documentos carregados na Plataforma Eletrónica ou subscritos na mesma (v.g. formulário principal), deverão, sob pena de exclusão da proposta, ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante que detenha comprovados poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada e com aposição de selos temporais, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos e dos n.ºs 1 a 6 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

11.5 Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve(m) ser submetido(s) na Plataforma Eletrónica documento(s) que evidencie(m) o poder de representação e a assinatura do assinante (v.g. certidão do registo comercial de que constem os poderes para representar ou procuração eletrónica) ou disponibilizados os elementos necessários para a consulta dos documentos na internet.

11.6 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser submetido na Plataforma Eletrónica, por cada um dos membros do agrupamento, documento que evidencie a outorga de poderes de representação a um representante comum para apresentação da proposta (ou disponibilizados os elementos necessários para a consulta dos respetivos documentos na internet), o qual poderá ser um dos membros do agrupamento ou um terceiro, sendo relativamente ao representante comum que será efetuada pelo Júri a aferição do cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3.

12. PROPOSTAS VARIANTES

12.1 Não é admitida a apresentação de Propostas Variantes

13. ENTREGA DAS PROPOSTAS E PRAZO DE OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO

13.1 A proposta e os documentos que acompanham devem ser apresentados até às **23,59 horas do 7.º dia a contar da data do envio do presente convite.**

13.2 O prazo de obrigação de manutenção da validade das propostas é de **66 (sessenta e seis)** dias a contar da data do termo fixado para apresentação das propostas, de acordo com o preceituado no artigo 65.º do CCP.

14. PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO NOS PAGAMENTOS

14.1 É dispensada a prestação de caução para a celebração do contrato, atento o respetivo valor, nos termos do artigo 88.º, n.º 2, alínea a), do Código dos Contratos Públicos.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

15.1 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa na **modalidade monofator**, designadamente o preço contratual total enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

15.2 As propostas não serão objeto de negociação.

15.3 Não haverá lugar à realização de leilão eletrónico.

16. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

16.1 Não são definidas as condições em que o preço ou custo é considerado anormalmente baixo, sem prejuízo da aplicação do estabelecido no artigo 71.º, n.ºs 2 a 4 do CCP.

17. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE IRREGULARIDADES

17.1 Os serviços da entidade Pública podem pedir aos concorrentes, via plataforma eletrónica www.acingov.pt, quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.

17.2 Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos.

17.3 Os serviços da entidade Pública devem solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas e candidaturas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

17.4 Os serviços da entidade Pública procedem à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.

18. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

18.1 No prazo máximo de **3 (três) dias úteis** a contar da data da notificação da adjudicação, deverá o adjudicatário apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** ao presente programa;
- b)** Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- c)** Declaração com a indicação da pessoa de contacto por parte do fornecedor (nome, contacto telefónico e contacto email);
- d)** Nome, N.º de Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade da(s) pessoa(s) que intervêm no contrato, incluindo documento (s) comprovativo(s) de que a pessoa que intervém no contrato tem poderes para tal.

e) Comprovativo da inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), de acordo com o estipulado no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.

18.2 Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

18.3 Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

18.4 O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação via plataforma eletrónica www.acingov.pt.

18.5 Quando os documentos a que se refere a alínea b) do n.º 1 se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar apenas o endereço eletrónico do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

18.6 O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 5.

18.7 Caso se detete alguma irregularidade nos documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário, fica, desde já, estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para supressão dessas irregularidades.

18.8 À falsidade das declarações é aplicável o disposto no artigo 87.º do Código dos Contratos Públicos.

19. CONTRATO E RESPETIVA DURAÇÃO

19.1 O contrato será reduzido a escrito, de acordo com a legislação em vigor.

20. DESPESAS

20.1 Todas as despesas inerentes à elaboração do contrato, são da responsabilidade do adjudicatário.

21. SIGILO

21.1 O Adjudicatário garantir o sigilo quanto a Informações de que o próprio ou os seus colaboradores venham a ter conhecimento no decorrer da prestação de serviço e relacionados com a atividade da entidade adjudicante.

22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1 Em tudo que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

[...]

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como

membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A
PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 10.1 do Convite à apresentação da proposta)

_____ (indicar o nome, número de contribuinte, profissão e morada ou empresa e sede) de pois de ter tomado conhecimento do procedimento **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SOFTWARE DE GESTÃO DE HOTELARIA SAAS – 22.2025_DAT**”, obriga-se a executar a referida prestação de serviços, em harmonia com o caderno de encargos e a legislação aplicável, pela quantia deeuros (por extenso e por algarismos), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data_____

Assinatura _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.